

Como abrir o Brasil ao comércio internacional como deseja Bolsonaro?

Alexandre Pierro (*)

No Fórum Econômico Mundial, em Davos, o presidente Jair Bolsonaro disse que o Brasil tem uma economia relativamente fechada ao comércio internacional

Isso me fez refletir porquê estamos nessa condição. Somos um país continental. Temos espaço, solo fértil, mão de obra farta. Tanto potencial e ainda somos muito menos do que poderíamos ser. Talvez essa abundância toda seja justamente um dos problemas. Preocupações com o comércio exterior geralmente são muito maiores em países com pouca extensão territorial, que não conseguem construir fortunas apenas com o mercado interno. Esse é um dos pontos que tornam o Brasil culturalmente menos propenso a buscar a economia externa.

Contudo, além de uma visão extremamente restrita e limitada, vemos que manter as portas fechadas está nos fazendo empobrecer. A soma de comodismo com má gestão estagnou o Brasil em um cenário onde se morre de fome com o prato de comida na mesa.

Seguindo essa linha de pensamento, fechados em nossa "bolha", não buscamos nos adequar aos padrões internacionais, tanto em qualidade de produtos quanto de serviços. Não importa o quanto países do mundo inteiro se reúnam para construir um manual, uma certificação de melhores práticas. O Brasil tende a ignorá-los. Nos sentimos auto suficientes a ponto de ignorarmos não só o comércio exterior, mas também todas as oportunidades de crescimento que esse intercâmbio é capaz de trazer.

Não é a toa que existem certificações mundialmente reconhecidas. Essas práticas são exaustivamente discutidas e testadas, podendo demorar mais de 10 anos entre o início do estudo e a prática para garantir os requisitos e padrões de conformidade/qualidade. Elas garantem não só a sobrevivência como também o crescimento da empresa, visto que criam oportunidades para

a expansão dos negócios.

Infelizmente, por aqui, essas certificações são pouco valorizadas. Ainda prevalece o velho pensamento de "por que se preocupar com o que eles acham, se nosso solo garante a riqueza de tantas empresas?". É um pensamento preguiçoso e enraizado na nossa cultura empresarial. A maioria não quer as dores de cabeça de ter de se adequar, se reciclar e melhorar suas práticas de gestão. Pensam que é trabalho, custoso e que não compensa.

Ledo engano. Agora, mais do que nunca, sentimos os efeitos desse comodismo na forma de crises econômicas e dificuldades de relações comerciais com outros países. Não somos um país fechado para o mundo no papel, mas na prática não saímos de nosso quintal. Muito disso vem de uma cultura protecionista, que se preocupou em se desenvolver internamente, mas se esqueceu que conhecimento e progresso se constroem em conjunto, num ambiente de troca.

Inicialmente, o Brasil investiu na indústria e meio que parou por aí. Por diversos outros motivos políticos, acreditou que só isso seria suficiente para ir longe e manter o crescimento. Hoje, pagamos um preço alto por essa falta de visão. Precisamos correr contra o tempo para atender aos padrões internacionais e criar uma base econômica sólida e menos dependente do consumo interno.

A única alternativa para o governo Bolsonaro cumprir o que prometeu em Davos está justamente em incentivar economicamente que se mude essa cultura empresarial. Precisamos estimular o comércio internacional, mas antes de mais nada, estar organizado para encarar a preparada concorrência que encontraremos lá fora. Temos que falar a língua das normas mundiais. A saída está em uma gestão mais eficiente e com padrões que atendam às melhores práticas internacionais.

(*) - É engenheiro mecânico, bacharel em física aplicada pela USP e fundador da PALAS, consultoria em gestão da qualidade e inovação (www.gestaopalas.com.br).

CPI no Senado para apurar rompimento da barragem em Brumadinho

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as causas do rompimento da barragem da empresa de mineração Vale em Brumadinho, e evitar novas catástrofes, deverá ser instalada assim que começarem os trabalhos do Congresso Nacional, em 1º de fevereiro

A informação foi dada pelo senador Otto Alencar (PSD-BA). Segundo ele, já existe acordo para reunir o mínimo de assinaturas necessário (27) para pedir a instalação de uma CPI.

De acordo com Otto, a Vale dominou Minas Gerais, tornando o estado "refém e manipulado na concessão de laudos técnicos" para construção dessas barragens. Ele lembra o desastre de Mariana, que vitimou 19 pessoas em novembro de 2015, e alertou que, além de ceifar vidas, desastres desse tipo destroem o meio ambiente e comprometem a qualidade da água, ameaçando o abastecimento. "É preciso responsabilizar pessoas físicas. Quais órgãos são responsáveis? Quem assinou o laudo para matar essas tantas pessoas?", questionou.

Em viagem a Brumadinho no final de semana, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)



Área devastada pelo rompimento de barragem da Vale em Brumadinho: senadores se mobilizam para realização de CPI para apurar responsabilidades.

participou de reuniões com ambientalistas e com o MPF-MG. Além de avaliar a situação, o senador buscou apoio para um projeto de sua autoria que torna hediondo crime ambiental com resultado de morte. Randolfe apoia a instalação da CPI no Se-

nado, e afirmou que a proposta inicial será uma comissão mista, com participação da Câmara e do Senado, para investigar a atuação das mineradoras e avaliar os riscos de novos acidentes em outros locais.

O senador Elmano Ferrer

(Pode-PI) é relator de um documento que alerta para a situação das barragens no Brasil aprovado em dezembro em comissão, denunciou que são insuficientes os recursos financeiros e humanos para os órgãos fiscalizadores de barragens, em todos os níveis. Elmano informou que há apenas 24.092 barragens cadastradas junto à Agência Nacional de Águas (ANA), de um total de mais de 70 mil existentes no país. Dessas, apenas 3% são monitoradas, disse ele.

Também o senador Jorge Viana (PT-AC) declarou que, após o desastre da barragem de Fundão, em Mariana, "nada foi feito". "Numa hora dessas, todos querem apontar culpados, mas, dificilmente, alguém assume parte da culpa. No real mesmo, praticamente nada foi feito pelo governo de Minas, pelo Ministério Público, pela Justiça, nem por legisladores", declarou (Ag.Senado).

Banimento de substância tóxica de equipamentos elétricos

O Senado irá analisar proposta que determina a eliminação até 2028 de substâncias sintéticas poluentes presentes em equipamentos elétricos, as chamadas PCBs (bifenilas policloradas). A medida consta do projeto que será analisado pela Comissão de Meio Ambiente, de autoria dos ex-deputados Sarney Filho (PV-MA) e Penna (PV-SP).

As PCBs já foram banidas em diversos países devido aos possíveis efeitos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente. O comércio, a produção e o uso desse composto no Brasil já são proibidos por uma portaria interministerial. As PCBs foram desenvolvidas no final da década de 30 nos EUA, para serem utilizadas em transformadores e capacitores de subestações elétricas localizadas no interior de prédios, trens e navios, ou em locais com grande trânsito de pessoas.

O produto apresenta grande estabilidade e, mesmo sob temperaturas de até 600°C, continua incombustível. A substância foi largamente utilizada até o fim da década de 70 quando classificada como um poluente orgânico persistente. O texto enviado pela Câmara diz ainda que quem tiver aparelhos que ainda usam e foram contaminados por PCB também deve fazer uma destinação final ambientalmente adequada, por meio de processos que são licenciados pelos órgãos ambientais, e que garantam concentrações inferiores a 50 miligramas por quilo da substância.

A proposta está de acordo com a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, aprovada pelo Congresso brasileiro em 2005, que restringe severamente a utilização das PCBs (Ag. Senado).

Itália sanciona decreto que cria renda básica de R\$ 4,5 mil

O presidente da Itália, Sergio Mattarella, sancionou ontem (28) o chamado "Decreto", decreto do governo que institui a chamada "renda de cidadania" e altera o sistema previdenciário. Por se tratar de um decreto-lei, o texto entra em vigor imediatamente como medida provisória, e o Parlamento, começando pelo Senado, terá até 60 dias para votá-lo. "Hoje o presidente da República, Sergio Mattarella, firmou o 'decreto', que contém a renda de cidadania e a cota 100. Bem-vindo de volta, Estado social", comemorou o ministro do Trabalho e vice-premier Luigi Di Maio.

A renda de cidadania fornecerá um subsídio mensal para 1,375 milhão de famílias a partir de maio - as inscrições começam em abril. Para ter acesso ao benefício, o núcleo familiar não poderá ter renda superior a 12,6 mil euros por ano (1.050 por mês), enquanto para solteiros o limite será de 6 mil euros por ano (500 por mês). Além disso, os interessados não poderão ter patrimônio imobiliário - à exceção



Protesto na Itália em defesa da renda de cidadania, em maio de 2018.

do primeiro imóvel - superior a 30 mil euros nem mais do que 6 mil euros de saldo no banco.

O valor mínimo do benefício será de 500 euros (R\$ 2,16 mil) por família (no caso de solteiros), e o máximo, de 1.050 (R\$ 4,53 mil), para um núcleo com casal, um filho maior de idade e dois menores. O programa também prevê uma contribuição extra de 280 euros por mês para quem vive de aluguel. A renda estará disponível para italianos e estrangeiros, mas desde que tenham vivido no país durante 10 anos, sendo os dois últimos de forma contínua. O período

máximo de usufruto será de 18 meses, podendo ser renovado após uma pausa de um mês.

Quem não puder trabalhar terá de participar por até oito horas semanais de "projetos úteis à sociedade definidos pela prefeitura". O decreto ainda pune com dois a seis anos de prisão quem fornecer dados falsos. Já a mudança nas regras de aposentadoria prevê a introdução da chamada "cota 100", que permite a saída do mercado de trabalho quando o cidadão atingir 62 anos de idade e pelo menos 38 anos de contribuição (ANSA).

Avaliação psicológica para detectar depressão pós-parto



Uma em cada quatro mulheres sofre de depressão pós-parto, o que pode levar a danos irreversíveis na relação entre mãe e filho.

Uma proposta que determina avaliação psicológica de gestantes e mães de recém-nascidos (puérperas), com intuito de detectar a propensão ao desenvolvimento da depressão pós-parto (DPP), chegou para análise do Senado no final de 2018.

Já aprovado pelos deputados, o projeto, em tramitação na Comissão de Direitos Humanos do Senado, estabelece que, segundo avaliação especializada, as mulheres que apresentarem indícios de depressão pós-parto devem ser encaminhadas para acompanhamento psicológico. Pelo texto, as avaliações devem ocorrer entre 48 horas e 15 dias

após o parto.

O objetivo é combater um problema de saúde mental que, segundo estudo da Fiocruz divulgado em abril de 2016, acomete uma em cada quatro mães no Brasil. O índice é maior do que o da média dos países de baixa renda, estimada pela Organização Mundial da Saúde em 20%, ou uma a cada cinco mulheres.

O estudo revela ainda que a depressão pós-parto traz consequências ao vínculo da mãe com o bebê, além de prejudicar o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança. O autor da proposta é do deputado Célio Silveira (PSDB-GO) - (Ag.Senado).

Avaliações adaptadas para alunos que não possam ir à escola

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado analisa projeto, de autoria da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), que determina a aplicação de avaliações adaptadas às necessidades de cada aluno incluído, por motivo de saúde, no regime de exercícios domiciliares. O projeto aguarda designação de relator.

Atualmente, os alunos de qualquer nível educacional, que por motivo de saúde, não possam comparecer à instituição de ensino é assegurado tratamento excepcional tendo, assim, a possibilidade de realizar os exercícios escolares de casa. Esse regime estende-se também às estudantes com gestação a partir do oitavo mês.

Entretanto, essas prerrogativas não alcançam o sistema de avaliação, que segue sendo presencial. Dessa forma, Rose de Freitas entende que, como há a exigência de avaliações presenciais, o aluno precisa



Crianças hospitalizadas fazem tarefas escolares em hospital de Mato Grosso.

ignorar a situação de saúde em que se encontra para não se prejudicar academicamente.

Por isso, ela defende, na justificativa a seu projeto, que as avaliações de rendimento sejam compatíveis com a situação excepcional de cada estudante.

"Julgamos que as formas de avaliação a serem adotadas devem, sempre que possível, privilegiar instrumentos não presenciais, apoiados pelo uso das tecnologias de informação e comunicação tão disseminadas nos dias atuais", argumenta a senadora (Ag.Senado).

Financiamento para pessoas com envelhecimento precoce

Projeto permite que ações destinadas a pessoas com envelhecimento precoce, relacionado a deficiência intelectual, sejam financiadas pelo Fundo Nacional do Idoso. A medida é acrescentada à lei que institui o fundo, que hoje, é destinado apenas a projetos que envolvam pessoas idosas assim classificadas pelo critério do Estatuto do Idoso, ou seja, 60 anos.

"Entende-se que ficam prejudicadas as pessoas com envelhecimento precoce relacionado a deficiência intelectual, que não podem ser favorecidas por programas e ações financiadas com recursos do fundo", justificou o deputado deputado Lincoln Portela (PR-MG), autor do projeto.

"Estudos científicos têm demonstrado que as alterações do envelhecimento po-

dem ser constatadas até mesmo a partir dos 35 anos em pacientes com Síndrome de Down, em muitos casos até com alterações de células nervosas compatíveis com Alzheimer precoce", citou. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).